

Comissão aprova projetos para inclusão e ação social

Propostas tratam de crianças com deficiência auditiva e apoio a idosos na cidade de São Paulo

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara Municipal de São Paulo aprovou pareceres favoráveis a projetos de lei voltados à ampliação de políticas públicas para inclusão e atendimento de grupos considerados prioritários. Entre as propostas que avançaram na tramitação estão medidas destinadas ao atendimento de crianças com deficiência auditiva e, também, a criação de ações voltadas ao acompanhamento e à assistência da população idosa.

Projetos aprovados

Os projetos ainda não entram em vigor automaticamente e seguem o rito legislativo da Casa. Depois da análise pelas comissões temáticas, os textos podem passar por novos pareceres antes de eventual votação em plenário e posterior encaminhamento ao Executivo para sanção ou veto do Prefeito.

Uma das propostas aprovadas pela comissão trata da ampliação de mecanismos de inclusão para crianças com deficiência auditiva. O texto busca estabelecer procedimentos e instrumentos para reduzir barreiras de comunicação e ampliar o acesso desse público aos serviços oferecidos pelo município. Entre os objetivos estão criar condições mais adequadas para acompanhamento, aprendizagem e participação em atividades realizadas pela administração pública municipal.

A discussão sobre acessibilidade comunicacional e atendimento especializado ganhou espaço nos últimos anos em diferentes áreas da administração pública municipal na capital paulista, especialmente em políticas ligadas à educação, saúde e assistência social. Propostas semelhantes apresentadas em outras comissões da Câmara também têm tratado da adoção

de protocolos específicos para pessoas com deficiência, da ampliação do uso de recursos de acessibilidade e, também, da capacitação de profissionais para atendimento adequado.

Avanço das propostas

O avanço da proposta relacionada à deficiência auditiva ocorre em meio ao debate sobre inclusão desde a primeira infância e adaptação de estruturas públicas para garantir acesso em igualdade de condições. O tema envolve desde recursos de comunicação até formação de equipes especializadas e adequação de serviços para atender diferentes perfis de usuários.

Outro projeto que recebeu parecer favorável do colegiado trata da criação de um programa voltado à população idosa. A proposta prevê uma estrutura de acompanhamento e assistência integrada para pessoas com mais de 60 anos, especialmente

aquelas em situação de dependência funcional, vulnerabilidade social ou com dificuldades de acesso aos serviços públicos.

Entre os objetivos previstos estão ampliar ações de cuidado, estimular autonomia, fortalecer vínculos comunitários e oferecer suporte tanto ao idoso quanto às redes de apoio responsáveis pelo acompanhamento cotidiano. O texto também prevê alguns mecanismos de integração entre serviços públicos e o acompanhamento sistemático dos usuários que passam a ser incluídos na política pública.

Proposta aos idosos

A proposta relacionada aos idosos se insere em um conjunto de iniciativas debatidas na Câmara para responder ao envelhecimento da população paulistana e ao aumento da demanda por políticas permanentes de cuidado. Em discussões recentes, parlamentares têm

apresentado projetos ligados à assistência domiciliar, atendimento especializado e fortalecimento de redes de proteção social para pessoas idosas.

Outros temas

Durante a reunião, a Comissão de Saúde também analisou outros itens da pauta relacionados a serviços públicos, inclusão e atendimento social. O colegiado tem entre suas atribuições examinar matérias que tratam do sistema municipal de saúde, além de programas de assistência e políticas direcionadas a grupos em situação de vulnerabilidade na cidade.

Com o aval da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, os projetos seguem para as próximas etapas da tramitação legislativa. A eventual implementação dependerá da conclusão do processo na Câmara e da manifestação da Prefeitura paulistana.



Os projetos aprovados seguem agora para as próximas etapas da tramitação no legislativo

CPI do Jardim Pantanal ouve mineradora com foco em enchentes na zona leste

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP

Após sete meses de atividades, a CPI Pantanal da Câmara de São Paulo, que investiga as causas das enchentes recorrentes no Jardim Pantanal, na zona leste da capital, realizou mais uma rodada de depoimentos e ouviu o gerente de Meio Ambiente da empresa Itaquareia Mineração e Participações Ltda., Marcelo Fernandes dos Santos.

O representante foi convocado para prestar esclarecimentos sobre a atuação da mineradora na região do Jardim Helena, em São Miguel Paulista. A empresa está no centro de apurações que buscam identificar se atividades relacionadas à extração de materiais e alterações no uso do solo podem ter contribuído para impactos ambientais e para o agravamento dos alagamentos registrados.

Durante a audiência, Marcelo Fernandes afirmou que nunca exer-

ceu atividades diretamente ligadas ao Jardim Pantanal. Segundo ele, na avaliação que apresentou aos parlamentares, um dos principais fatores associados às enchentes está relacionado ao processo de ocupação irregular do território da região.

O representante defendeu maior eficiência na administração de estruturas hidráulicas existentes na Grande SP, citando como exemplo a Barragem da Penha, localizada no Rio Tietê. De acordo com o depoente, o comportamento do sistema de retenção e escoamento de água em diferentes municípios pode influenciar episódios de alagamento em áreas urbanas.

Ao relatar experiências observadas em cidades vizinhas, Marcelo mencionou situações anteriores de enchentes em Itaquaquecetuba e argumentou que decisões relaciona-



Após sete meses, a CPI Pantanal terá só mais duas reuniões

das ao controle hídrico em pontos específicos da bacia podem produzir efeitos em outras localidades.

A participação do representante da mineradora foi recebida com ressalvas por integrantes da comissão.

A vice-presidente da CPI, vereadora Marina Bragante, afirmou que o depoimento trouxe poucos elementos diretamente ligados à atuação da empresa no município de São Paulo. Segundo ela, a expectativa da

comissão era obter informações que permitissem avançar na identificação de responsabilidades e na construção de propostas para reduzir os impactos das enchentes.

O presidente da CPI, vereador Alessandro Guedes, avaliou que o debate envolvendo a Itaquareia ocupa papel relevante dentro das investigações conduzidas pelo colegiado. Entre as hipóteses discutidas está o potencial aproveitamento de áreas de cava da mineração como estruturas capazes de auxiliar no amortecimento do volume de água durante períodos de chuva intensa.

A comissão se aproxima da conclusão dos trabalhos e tem apenas mais duas reuniões previstas antes do encerramento oficial. A próxima sessão deverá contar com a participação do presidente do Grupo Itaquareia, Antero Saraiva Júnior.